



## Operação Compliance Zero

Presidente do Supremo puxa para si a condução dos trabalhos que decidirão se o STF vai investigar Alexandre de Moraes. Ele também suspendeu, temporariamente, as investigações sobre os casos Master e INSS, sob a relatoria de Mendonça

# Fachin assume relatoria sobre Moraes

» DANANDRA ROCHA  
» ALÍCIA BERNARDES

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, assumiu, ontem, a relatoria do caso sobre o suposto envolvimento do ministro Alexandre de Moraes com o dono do Banco Master, Daniel Vercaro. Na terça-feira, o plenário da Corte decidirá se abrirá investigação contra o magistrado — a sessão tem início previsto para as 10h, com transmissão da TV Justiça.

A ação estava sob relatoria do ministro André Mendonça. Fachin também pediu que o magistrado envie à Presidência a íntegra dos processos sobre o Master e o escândalo das fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com isso, ficam suspensas as investigações até que o Supremo indique um novo encaminhamento.

Em outra decisão desse sábado, Fachin negou pedido de Moraes para que seu caso fosse avaliado junto com o de Mendonça, suspeito de crime de responsabilidade e abuso de autoridade. O presidente do STF definiu que esse caso será julgado no dia 23.

Moraes havia recorrido à Presidência do Supremo sob o argumento de que a apreciação dos processos em momentos diferentes

poderia provocar “risco concreto de decisões contraditórias e de tumulto processual”. O ministro pediu que a Corte examinasse simultaneamente as duas situações.

Ao analisar o pedido de Moraes, Fachin levou em consideração o estágio em que cada processo se encontra. Segundo o presidente do STF, a petição contra Moraes já havia sido liberada para julgamento em 6 de setembro. O processo reúne elementos que, na avaliação de Fachin, já permitem a apreciação pelo plenário. Por outro lado, o caso de Mendonça ainda depende da conclusão da fase de coleta de informações e manifestações das partes envolvidas.

A diferença entre os prazos também pesou na decisão. Fachin destacou que o prazo para o fornecimento das informações solicitadas no âmbito da petição sobre Moraes termina antes da sessão extraordinária. Já parte dos prazos relacionados a Mendonça se estende para depois da data marcada para a reunião do plenário. Dessa forma, o presidente entendeu que não havia, neste momento, condições processuais para colocar os dois casos em julgamento conjunto.

O ministro ressaltou que a separação permite que cada matéria seja examinada dentro dos limites próprios, sem antecipar a análise de um processo que ainda não teve todas as informações reunidas.

### Saiba mais

#### Frustração

*A decisão de Fachin frustra solicitação do ministro Gilmar Mendes, um dos principais aliados de Alexandre de Moraes na Corte. Na sexta-feira, o decano havia sugerido ao presidente do STF que assumisse a relatoria única dos casos envolvendo Moraes e André Mendonça e adiasse o julgamento marcado para a sessão extraordinária de terça-feira. No sábado, porém, Gilmar obteve uma resposta positiva na cobrança pelo acesso aos dados brutos do celular do dono do Master, Daniel Vercaro, antes do julgamento.*

O despacho também menciona o histórico recente de decisões sobrepostas dentro do Supremo. Fachin lembrou que a existência de conflitos entre decisões monocráticas tomadas em processos distintos havia motivado providências anteriores da Presidência para organizar o andamento das ações.

Além do julgamento conjunto, Moraes apresentou outros dois pedidos à Presidência do Supremo. O ministro solicitou o levantamento integral do sigilo dos procedimentos contidos ou relacionados à Petição 15.556, vinculada ao contexto das apurações, e pediu que fossem identificados todos os procedimentos existentes no sistema do tribunal relacionados ao caso.

Moraes também pediu que magistrados citados nos documentos fossem intimados para prestar informações e que fossem adotadas medidas consideradas necessárias à defesa das prerrogativas do Poder Judiciário. Fachin não rejeitou definitivamente esse terceiro pedido. Quanto ao levantamento do sigilo, Fachin informou que uma solicitação semelhante já havia sido apresentada pelo ministro Cristiano Zanin e que as providências correspondentes já haviam sido encaminhadas. O despacho, portanto, não determina uma nova medida sobre esse ponto, mas registra que a questão já está sendo tratada dentro do Supremo.

O embate entre os ministros surgiu quando Moraes questionou a forma como os procedimentos foram tornados públicos e acusou Mendonça de ter feito uma “escolha seletiva” na divulgação do material. Segundo o ministro, aproximadamente 180 peças e arquivos teriam permanecido sob sigilo.

## Banco Master e o caso *Dark Horse*

Paralelamente ao embate entre os ministros da Suprema Corte, ocorrem as revelações feitas pela quebra de sigilo dos processos envolvendo investigações do Banco Master. Entre elas, está a apuração sobre a produção do filme *Dark Horse*, cinebiografia sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. A Polícia Federal investiga a origem e a destinação de recursos relacionados à produção, incluindo repasses e a eventual utilização de emendas parlamentares.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato à Presidência da República, é um dos nomes relacionados à apuração. Ontem, ele comemorou a retirada do sigilo de documentos referentes à investigação sobre o filme e afirmou que o conteúdo dos autos, segundo sua avaliação, reforça sua versão de que não houve irregularidade na captação dos recursos.

“Graças a Deus, o sigilo foi afastado de tudo e às claras para todo mundo ver o que eu sempre disse: que não tem absolutamente nada de errado nesse filme. Estou muito tranquilo, o impacto é zero”, declarou.

A investigação também provocou uma disputa sobre a definição do relator responsável pelas diferentes frentes do caso. A defesa de Flávio Bolsonaro tentou, por quatro vezes, transferir para Mendonça a investigação sobre a destinação de emendas parlamentares a entidades relacionadas à produtora de *Dark Horse*. Os primeiros pedidos foram encaminhados ao presidente do STF, enquanto os demais foram direcionados ao ministro Flávio Dino.

### Pressão

Os advogados de Flávio sustentaram que Mendonça, por já conduzir outras investigações relacionadas à cinebiografia, deveria assumir também a apuração sobre o suposto uso de recursos públicos na produção. Em uma das manifestações, a defesa questionou a competência de Dino para conduzir essa frente e afirmou que houve uma tentativa de criar uma “prevenção artificial” para manter o caso sob sua relatoria.

Entre os pontos investigados estão repasses de R\$ 62,8 milhões atribuídos a Daniel Vercaro, que teriam ocorrido a pedido de Flávio Bolsonaro, a eventual destinação de parte dos recursos para financiar a permanência do deputado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos e a indicação de emendas parlamentares para entidades ligadas à produtora do filme. A apuração busca esclarecer a origem e o destino dos valores e verificar se houve irregularidades.

Na última quinta-feira, a Polícia Federal cumpriu 49 mandados de busca e apreensão em uma operação relacionada ao financiamento de *Dark Horse*. Entre os alvos estavam o deputado federal Mário Frias (PL-SP), ex-secretário de Cultura, e Karina Gama, dona da produtora Go Up. A operação foi autorizada por Flávio Dino e investiga suspeitas de desvio de recursos públicos provenientes de emendas parlamentares.

As apurações abrangem suspeitas de crimes como peculato, falsidade documental, lavagem de dinheiro, organização criminosa e delitos relacionados a licitações. (DR)

Gustavo Moreno/STF



A disputa entre Moraes e Mendonça, que tradicionalmente sentam lado a lado nas sessões do Plenário da Corte, gerou uma crise sem precedentes no Judiciário

# PF tem que mostrar dados do celular

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, determinou, ontem, que a Polícia Federal preste, no prazo de 24 horas, informações sobre a custódia e o estado do material extraído do celular do investigado Daniel Vercaro. A decisão atende a solicitações dos ministros Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, que pediram acesso à cópia integral dos dados obtidos a partir do aparelho.

Nos ofícios encaminhados ao Supremo, Zanin, Moraes e Gilmar solicitaram a disponibilização da mídia extraída do telefone de Vercaro. Como alternativa, os ministros pediram que a própria Polícia Federal fosse acionada para fornecer o conteúdo. O

material é tratado no despacho como parte das informações relacionadas à investigação envolvendo o empresário.

Em manifestação ao STF, o ministro André Mendonça informou que possui uma cópia de segurança do material. Segundo ele, o arquivo permanece lacrado e não foi manuseado pelo relator. A versão mantida no gabinete teria a função de servir como contraprova em eventual situação de perda ou extravio do conteúdo original.

Mendonça ressaltou ainda que o material original está sob responsabilidade da Polícia Federal e permanece dentro da cadeia de custódia. “Tal material permanece lacrado no Gabinete e, portanto,

encontra-se inacessível a este relator, que nunca o manuseou”, afirmou. O ministro acrescentou que a cópia existente no gabinete só deverá ser utilizada em caso de necessidade decorrente da perda ou do extravio do original.

### Cobrança

Diante das solicitações dos ministros e das informações apresentadas por Mendonça, Fachin determinou que a Polícia Federal esclareça, em até 24 horas, as condições de custódia do material e o estado em que ele se encontra. O despacho foi assinado digitalmente, em Brasília, e

determina ainda a publicação da decisão.

A cobrança ocorre em meio à discussão sobre a documentação e os elementos reunidos na investigação do caso Master, que também envolve divergências entre ministros sobre o acesso às informações obtidas pela Polícia Federal.

A determinação de Fachin busca esclarecer onde está o material original e garantir a preservação da cadeia de custódia dos dados. Ao cobrar informações diretamente da PF, o presidente do Supremo também pretende verificar se a mídia extraída do aparelho permanece íntegra e sob guarda da autoridade responsável pela apreensão e análise do conteúdo. (AB)